

Resenha

Comunicação e Gênero: a aventura da pesquisa (ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org.), 2008, 174p.)

Dandara PALANKOF¹

Apontar os caminhos pelos quais a comunicação e as representações de gênero se entrelaçam, além de estimular a pesquisa acadêmica: esses são os objetivos propostos em “Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa”. A obra é uma coletânea de artigos sobre o tema, organizada pela professora Ana Carolina Escosteguy, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Sua relevância se dá não apenas pelo assunto em si, mas pela escassez de trabalhos acadêmicos no Brasil voltados às diversas relações entre as concepções de gênero e a comunicação de massa.

O livro se divide em três partes: a primeira, simplesmente intitulada “Mapeamentos”, se dedica não apenas a apresentar o corpo quantitativo dos trabalhos na área produzidos nas academias brasileiras (destacando os que considerou mais relevantes ou inovadores), mas também a fazer um apanhado daquelas que considera as principais pesquisas sobre comunicação e gênero ao redor do mundo, a partir da década de 1970, dentro da emergência do campo dos Estudos Culturais – no qual situam-se grande parte destas pesquisas. A segunda parte, “Mulheres privadas de liberdade e suas relações com o rádio e a TV”, traz à luz estudos que se utilizam de um microcosmo bastante específico – o cotidiano de instituições prisionais, para analisar os usos destes dois meios de massa pelas detentas de um dos maiores presídios femininos do estado do Rio Grande do Sul, com base nas teorias da recepção. Já a terceira parte, “Masculinidades e feminilidades”, conta com estudos que investigam quais as representações e papéis de gênero disseminados pela mídia – bem como os processos de recepção dos mesmos por parte do público.

A primeira parte da obra tem início com um artigo assinado por Escosteguy, em co-autoria com Márcia Rejane Messa. Intitulado “Os estudos de gênero na pesquisa em

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba – PPGC/UFPB. E-mail: palankof@gmail.com

Comunicação no Brasil”, o artigo faz um inventário dos trabalhos relacionando comunicação e gênero no país, no decênio 1992-2002. Como mencionado anteriormente, tal produção pode ser considerada escassa, contando com apenas 65 trabalhos no período. Assim, resgatar tais trabalhos se mostra um trabalho de suma importância. O levantamento proposto pelas autoras abarca questões concernentes não apenas ao âmbito da transmissão e da recepção, mas também sobre as instâncias de produção dos meios de comunicação – que suscita questionamentos sobre as relações de poder entre os gêneros nesses ambientes.

O mapeamento feito pelas autoras demonstra que a pesquisa da área foi bastante variada com relação aos objetos de estudo. Há, entre outros, trabalhos que enfocam a relação com o corpo; sobre a representação feminina nas HQs; sobre a trajetória política da mulher no Brasil, com base no tratamento midiático sobre o assunto; mas apresentando uma predominância das pesquisas sobre os meios audiovisuais – desde as telenovelas até a publicidade em geral (com destaque para uma pesquisa sobre as propagandas de TV para prevenção da AIDS, voltadas para mulheres).

Também assinado por Escosteguy, o segundo capítulo da obra afunila o escopo temático do trabalho de mapeamento, trazendo “As identidades de gênero nos estudos brasileiros de recepção”. A autora de imediato diferencia sua pesquisa de uma outra investigação sobre o mesmo tema, realizada no início dos anos 1990, e que, segundo ela, reduzia a visão de gênero à dicotomia biologicista macho-fêmea – ainda que, ela afirma, tenham estimulado o início de um debate sobre identidades de gênero ao dar a mulheres uma oportunidade de falarem sobre sua visão de si próprias.

Ao longo de seu levantamento, Escosteguy encontra fortes evidências da identidade de gênero enquanto um construto cultural, definido dentro dos discursos – e não fora dele: “(...) os relatos apresentados revelam que a pesquisa de recepção não apenas trata da relação dos receptores com os meios de comunicação, mas ao permitir que esses mesmos receptores falem, eles vão construindo uma percepção de si mesmos, ou seja, sua identidade” (p. 35).

No último capítulo da primeira parte, Messa apresenta uma série de pesquisas, sob a perspectiva dos Estudos Culturais, com um direcionamento mais específico (e crítico) em seu olhar sobre as questões de gênero. “Os estudos feministas de mídia: uma trajetória anglo-americana” delinea os trabalhos que não apenas observam a

representação feminina na mídia, como também mostram o papel exercido pelos meios de comunicação nas relações de gênero.

A partir de um abrangente mapeamento, Messa afirma que os trabalhos apresentados mostram claramente a objetificação e a fetichização feminina nas mais diversas mídias, como reprodução das estruturas patriarcais de submissão da mulher aos desejos (e medos) masculinos, encontrando bases, inclusive, para uma universalidade dessas representações. Contudo, também apontou que as relações íntimas das espectadoras com uma série de produtos midiáticos, como romances populares e novelas, não escapam à criticidade, fortalecem laços comunitários e de identidade entre essas mulheres e propiciam momentos em que elas podem se dedicar apenas a si próprias – em vez de aos filhos ou aos maridos.

As duas pesquisas que compõe a segunda parte de “Comunicação e gênero” – “Mulheres privadas de liberdade e suas relações com o rádio e a TV” investigam as necessidades e condições de uso dessas mídias entre as detentas de um presídio feminino no Rio Grande do Sul.

A primeira delas é “Amor e solidão pelas ondas do rádio no Madre Pelletier”, de Geovana D’abreu Alvarez. Também sob a ótica dos Estudos Culturais, a autora analisa as experiências de recepção do rádio pelas detentas do presídio citado no título da pesquisa. Após uma série de entrevistas, o foco do estudo foi estabelecido sobre as relações dessas mulheres com o programa *Love Songs*, indicado como o favorito da maioria delas. É uma atração de forte apelo sentimental, cujas características incluem a leitura de cartas e o pedido de músicas; a sensação de afeto e identificação estimulada pelo locutor; envios de dados de contato pelos ouvintes à procura de uma “paquera”; a tradução simultânea de canções estrangeiras.

A soma desses fatores gera nas ouvintes um processo de identificação, razão para a quase unanimidade do programa entre as presidiárias do Madre Pelletier. Alvarez destaca que muitas delas afirmaram se lembrar com frequência de momentos em liberdade ao ouvir as histórias relatadas. A autora conclui que, nesse processo de identificação, misturam-se a fantasia e a fuga, ativando lembranças que, ao ocuparem o espaço da consciência presente, proporcionam o estímulo necessário para vencer a provação do cárcere. Tudo isso através de uma série de sentidos transmitidos pelas ondas do rádio, através de suas *Love Songs*: companhia, parceria, identificação e

solidariedade.

Já “A televisão na rotina das presidiárias do Madre Pelletier”, pesquisa realizada por Terena Santana Miller, que não enfoca um produto televisivo em específico, mas as relações das detentas com a televisão em si – cujo uso nas celas não é restrito. Os grupos de trabalho utilizados na pesquisa ocupavam duas alas do presídio: celas comuns, em um dos pátios; e a creche, onde ficam as detentas que possuem filhos ainda muito novos, de modo que a elas é permitida a convivência com as crianças em seus primeiros anos de vida.

No primeiro momento da pesquisa, Miller observa as negociações de uso da TV, que enquanto objeto de valor, cria relações de poder ou de partilha entre as colegas. Em seguida, a pesquisa enfoca os usos da TV por parte das detentas e a importância desse uso em seus cotidianos. A autora afirma que as telenovelas são a atração preferida entre as entrevistadas, por seus enredos suprirem uma série de carências – de um companheiro, do ambiente familiar – trazidas à superfície pelo ambiente de privação de liberdade. Já os noticiários, contudo, podem causar desconforto, pois aquelas que possuem filhos do lado de fora dizem se sentir incomodadas ao imaginar que eles possam estar sujeitos à violência do mundo exterior mostrada nos telejornais.

Como resultado de sua pesquisa, Miller expõe o papel apaziguador e socializador da televisão no ambiente carcerário – conclusão que se assemelha à do artigo anterior, ao afirmar que seu uso resgata, “principalmente, sentimentos de liberdade, tornando a situação prisional menos desagradável. A ficção transporta as presas para uma realidade com a qual elas se identificam ou gostariam de estar vivenciando” (p. 106).

A investigação sobre a construção cultural das identidades de gênero é o que constitui a terceira parte do livro, intitulada “Masculinidades e feminilidades”. Desse pressuposto, parte a primeira pesquisa desse momento da obra: “Está tudo certo com o sexo: as identidades de gênero na revista VIP”, desenvolvida por Mariana Pires e cuja proposta é estudar como se dão essas construções na publicação, voltada prioritariamente para jovens adultos do sexo masculino e de alto poder aquisitivo – mas que, como constatou a autora, tem também uma parcela considerável de leitoras. O estudo se constitui da análise de cartas enviadas por leitores à revista, além de análise das matérias mais citadas positivamente pelos mesmos. Segundo Pires, as cartas são um rico material de análise, uma vez que representam espontaneamente os receptores,

revelam seu uso do meio em questão e possuem falas que evocam as representações de identidade de gênero.

As primeiras conclusões de Pires sobre a recepção das representações disseminadas pela VIP, através da análise das cartas selecionadas, mostram que os leitores tem a revista como uma espécie de “manual” que os orienta na reafirmação do exercício da masculinidade tradicional. Há, para a autora, uma espécie de comunhão entre os receptores e emissores, que circulam informações mantenedoras da distribuição ortodoxa dos papéis de gênero, através de uma visão biologicista e ignorando a instância cultural da construção de visões e de exercícios do masculino e do feminino. Ao mesmo tempo em que evita a condescendência com os leitores, identificando sua capacidade de estabelecer diálogos com os meios de comunicação a partir de suas vivências e evitar qualquer hipótese a respeito de uma manipulação direta dos meios sobre os receptores, Pires também não nega que “mídia e a sociedade como um todo difundam conteúdos hegemônicos que são expostos aos indivíduos como modelos adequados a fim de inibir desvios em relação à cultura de um determinado grupo” (p. 128). A conclusão da autora encontra eco não só em outros estudos sobre comunicação e gênero citados na obra, mas também pode ser observado em muitos outros produtos midiáticos dos dias atuais: a disseminação desses conteúdos ainda possui ressonância na sociedade e acaba sendo um dos fatores – não o único – responsáveis pela manutenção de estruturas discriminatórias e marginalizantes.

O capítulo final da terceira parte do livro tem como objeto de estudo uma das séries televisivas de maior sucesso em todos os tempos, com seis temporadas exibidas entre os anos de 1998 e 2004. No estudo “As mulheres só querem ser salvas: produção, texto e recepção de *Sex and the City*”, Marcia Rejane Mess identifica a recepção do público brasileiro quanto às representações do feminino apresentadas pelo seriado.

Sex and the City se configura, na visão de muitos, como um modelo de pós-feminismo, no qual as questões anteriormente pertinentes ao movimento estão superadas, tornando o feminismo algo “desagradável”; o seriado ilustraria como hoje as mulheres podem exercer sua já conquistada liberdade para definir os rumos de sua vida, sem pressões para que obrigatoriamente se casem e constituam família. Mess questiona se tal interpretação seria verdadeira e, para encontrar a resposta, se debruçou sobre oito episódios da série (um de cada temporada, dando preferência àqueles que faziam

referência ao Brasil, mais os dois episódios finais da série) além de realizar uma série de entrevistas com um grupo de espectadoras.

Ao apresentar diversos traços da cultura patriarcal no discurso presente no texto do seriado, Mess constata que *Sex and the City* se constitui como uma contradição, pois empodera a mulher – ao apresentar aspectos que desestabilizam representações tradicionais, mas, ao mesmo tempo, a aprisiona, legitimando essas mesmas representações em outros momentos. Cria-se, portanto, uma ilusão de empoderamento – questão atualmente bastante debatida em círculos feministas. “Esta nova mulher tem a liberdade de procurar por sua felicidade”, afirma Mess, “(...) desde que nesta felicidade esteja implícita a condição de talvez um dia não mais ser solteira” (p. 143).

A seguir, a autora centra seu estudo na recepção das espectadoras brasileiras. Apesar de o grupo de entrevistadas ser relativamente heterogêneo no que diz respeito à idade e ocupação, a maioria delas é solteira e de classe média; esses fatores podem ser considerados relevantes na identificação com o programa constatada por Mess em suas entrevistas – processo que, elas afirmam, tornou-se uma ligação emocional. Além disso, a autora também constata que a fruição do programa é tida como ato de emancipação e de contato com o *self* – fazendo a ligação desse dado com o estudo *Reading the Romance* (1988), de Janice Radway (mencionado no livro por outras pesquisas). Mess constata que a recepção, por parte de suas entrevistadas, caminha entre as instâncias hegemônica-dominante e de negociação; e afirma que o diálogo dessas espectadoras com o texto do seriado ecoa as constatações apresentadas: essas mulheres acreditam em uma desestabilização das representações de gênero hegemônicas, mas, ao mesmo tempo, há o entendimento de que elas desejam exercê-las no futuro. A autora explica essa relação com o conceito do “duplo-enredamento” de McRobbie²: “a co-existência de valores neoconservadores em relação a gênero, sexualidade e vida familiar com fluxos de liberação em relação à escolha e à diversidade nas relações domésticas, sexuais e de parentesco, além da existência do feminismo como algo que foi, em algum momento, transformado em algo repudiado pelas mulheres” (p. 166).

Em sua última parte, o livro traz ainda diversas fontes de pesquisa – um ótimo incentivo para aqueles que se deixaram entusiasmar pela relevância do tema e desejam

2 MCROBBIE, Angela. **Post-feminism and popular culture: Bridget Jones and the new gender regime**. In: CURRAN, James; MORLEY, David. *Media and Cultural Theory*. London/New York: Routledge, 2006, p. 59-69.

também desenvolver pesquisas sobre ele. Sobre o tratamento editorial, cabe uma pequena crítica a respeito da revisão do texto, que poderia ter sido mais cuidadosa (não apenas com relação à pontuação, mas também a alguns equívocos no emprego de certos termos). Nada que diminua a obra como merecedora de destaque na bibliografia brasileira da comunicação.

Os estudos apresentados em “Comunicação e gênero” proporcionam pertinentes reflexões sobre como os meios de comunicação de massa, construtores de sentido no cotidiano da sociedade contemporânea, transmitem noções de feminilidade, masculinidade, e as devidas condutas de cada uma dessas vivências em nosso meio social, por vezes, reforçando uma cultura patriarcal. Em um momento no qual muitos acreditam que os movimentos que visam desarticular tais estruturas estão ultrapassados, e que os debates em prol da igualdade de gênero transformaram-se em simples vitimismo, trabalhos como esta coletânea se tornam um importante instrumento na construção de uma mídia mais comprometida com a transformação social.